

**Universidade Federal do ABC**  
**Núcleo de Estudos Estratégicos sobre Democracia,**  
**Desenvolvimento e Sustentabilidade**



**Textos para Discussão**

**Acordo União Europeia – Mercosul**

**Prof. Dr. Giorgio Romano Schutte**

**São Paulo, 28 de julho de 2019**

**Textos para Discussão é uma publicação do Núcleo de Estudos Estratégicos sobre Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade (NEEDDS) da Universidade Federal do ABC.**

**Contato: [needds@ufabc.edu.br](mailto:needds@ufabc.edu.br)**

**ISSN: 2525-4405**

**Edição 01/2019**

**Comitê editorial: Arilson da Silva Favareto, Cristina Fróes de Borja Reis, Fernanda Graziella Cardoso, Giorgio Romano Schutte, Klaus Frey, Thiago Fonseca Morello Ramalho da Silva.**

**Edição: 001/2019 Autor: Giorgio Romano Schutte**

No último dia 28 de julho, houve o anúncio político da conclusão da fase de negociação do Acordo de Associação entre a União Europeia (28 países, incluindo ainda o Reino Unido) e o Mercosul. O acordo tem três pilares: econômico-comercial, político e cooperação. O primeiro pilar vai muito além de livre-comércio. Envolve regras sobre

compras governamentais, investimentos, atuação de empresas estatais, propriedade intelectual, denominações de origem geográfica, entre outros. Em relação ao comércio propriamente dito, em parte se negociou o livre comércio, mas, para os segmentos mais importantes, como a exportação agrícola do Mercosul, se negociou justamente a restrição comercial, por meio de cotas.

### **Contexto político brasileiro**

A gestão do Ernesto Araújo à frente do Itamaraty destoa de tudo que já se viu na política externa do Brasil. Em sintonia com o presidente Jair Bolsonaro, ele é integrante de uma ala neoconservadora que causa risos e espantos dentro e fora do país. Porém, o que parecia ser uma agenda chamada *antiglobalista* aparece cada vez mais como um para-raios para bagunçar a discussão. Na realidade, quem controla a política externa é a ala ultraliberal comandada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Assim, o Brasil, com muito barulho, pediu para ser membro de um dos pilares da globalização liberal: a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e fechou o acordo de parceria com a União Europeia. Um acordo que tem um capítulo inteiro sobre direitos ambientais e trabalhistas com referências a normas de um conjunto de organizações multilaterais, todos profundamente desprezados por Trump, líder do que seria o anunciado *“pan-nacionalismo ocidental”*. Assim, um dia o chanceler afirma que *“o aquecimento global é uma trama globalista”* e o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, reforça o argumento ao mandar os europeus *“procurarem a sua turma”*. Em outro dia, Araújo anuncia com orgulho um acordo com muitas referências ao Acordo de Paris e outras normas negociadas internacionalmente que tentam dar uma resposta multilateral ao aquecimento global e demais problemas ambientais. O acordo faz várias referências a trabalho infantil, que também destoa bastante das declarações do próprio presidente a respeito desse assunto.

Em algum momento imaginava-se que isso não iria dar certo. Parecia que a pauta excêntrica, fora de sintonia com a realidade do país e sua inserção internacional (China, Embaixada em Tel Aviv, Venezuela), iria atrapalhar a agenda de uma inserção liberal.

Nada disso. O que se verifica é que se instalou uma dinâmica clara: cada vez que a agenda liberal corre risco, a turma excêntrica dá um passo atrás. Esse padrão não se restringe à política externa. O que parece à primeira vista é que um governo atrapalhado está conseguindo, sem muitos atrasos, implementar uma agenda ultraliberal. Sem dúvida essa equação não é fácil porque a retórica e as atuações menores (vetar o uso do termo “gênero” nos documentos da ONU, por exemplo) mudaram a imagem do Brasil de forma muito negativa, particularmente na Europa. Mas, cada um com seus problemas, negócios são negócios.

Assim, o chanceler fez questão de enfatizar que nenhuma política interna brasileira causou problemas e, mais do que isso, que as conversas do Bolsonaro durante a Cúpula do G-20, em Osaka, com Emmanuel Macron e Angela Merkel, teriam sido fundamentais para o fechamento. Os europeus não iam deixar de lado uma oportunidade de fechar um acordo com governos no Brasil e na Argentina que abrem mão da defesa da sua manufatura e soberania para implementar políticas industriais tecnológicas. Aliás, para que indústria? E políticas industriais tecnológicas? O mercado resolve, é só abrir para o mundo desenvolvido. E, além de não atrapalhar, cada vez que a pauta liberal avança, há um ganho político que fortalece Bolsonaro e o estimula a continuar com a retórica e sua prática obscurantista, como propor a indicação de seu filho para a embaixada dos EUA.

### **Antecedentes**

O primeiro grande acordo econômico-comercial entre um país do centro e da periferia foi entre os EUA e o México, no início da década de 1990, que resultou no Nafta, envolvendo também o Canadá. Esse acordo teve grande repercussão em toda América Latina. Surgiu a proposta de expandi-lo para todas as Américas, tanto nos EUA quanto em governos na AL, uma ideia antiga que tinha sido retomada pelo presidente Bush pai, em 1990, ao lançar a Iniciativa das Américas. A Argentina do governo Carlos Saúl Menem defendia a ideia de um regionalismo aberto, no qual o Mercosul iria diluir-se no que seria a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O governo Itamar aceitou negociar a ALCA para preservar o Mercosul e trabalhou para garantir a Tarifa Externa Comum (TEC) no Mercosul. Trabalhou para estender o prazo e concluir a negociação

da ALCA (dos cinco anos propostos pelos EUA para dez), além de colocar alguns temas de difícil digestão para os EUA, como transferência tecnológica e subsídios agrícolas.

Outra estratégia de defesa contra o apetite dos EUA era abrir outra frente de negociação, no caso com o Mercado Comum Europeu, antecessor da atual União Europeia. Assim foi em 1994, após o fechamento da Rodada Uruguaí no GATT, que o Mercosul assinou um Protocolo de Intenções em Bruxelas e se iniciou um processo longo de até chegar ao aparente desfecho no mês passado.

Houve durante muito tempo certa ilusão de que o acordo com os europeus poderia equilibrar a negociação com os EUA e levar mais em consideração as enormes assimetrias existentes entre países altamente desenvolvidos e países em desenvolvimento. Isso não se confirmou. Da parte dos europeus, havia três lógicas que nortearam os acordos bilaterais: com os países vizinhos (no sul e no leste) para contribuir com a estabilidade política e o desenvolvimento econômico na região; cooperação com as ex-colônias, misturada com interesses econômicos específicos (acesso a matérias-primas); e os acordos para defender e conquistar mercados globais diante do ativismo dos EUA nas economias consideradas emergentes. O padrão é claro: onde os EUA fazem um acordo, a UE segue. Foi assim com México, Chile, América Central, Coreia do Sul, entre outros. Nessa lógica Europa se interessou por um acordo com o Mercosul diante da perspectiva da concretização da ALCA. Com a ALCA cada vez mais longe do horizonte, o interesse europeu diminuiu. (WOOLCOCK, 2007).

Depois de assinar o Acordo-Quadro de Cooperação Interregional Mercosul-UE em Madri, 1995, começaram as negociações de fato em 1999. Era um período difícil para o Brasil, com o impacto das crises asiáticas e russa, a má desvalorização após o fim da âncora cambial e seu efeito desastroso sobre a Argentina. A primeira fase de negociação ocorreu no final do segundo governo FHC e o primeiro governo Lula. Chegou-se a uma troca de ofertas em 2004. Nesse momento, a participação da indústria no PIB tinha caído para 14%, de um patamar de 26%, em 1980, e 21% em 1990.

O programa que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva previa exatamente um esforço para recuperar o tempo perdido lançado mão de mecanismos como conteúdo local, compras

governamentais e crédito de instituições públicas para recuperar a indústria. Sim, Ernesto Araújo tem razão quando enfatiza que o acordo saiu agora porque havia vontade política. Em 2004 a vontade política era outra: fechar um acordo que contribuísse com o esforço de recuperação da manufatura no Brasil e também na Argentina. Portanto, rejeitaram-se as propostas da União Europeia de incluir temas como compras governamentais. Segundo, no que diz respeito às ofertas de tarifas e costas: a UE queria muita abertura para sua manufatura e pouca para a exportação agrícola do Mercosul, sem falar, evidentemente dos subsídios. Parte importante do próprio empresariado brasileiro não se mostrou nada interessada em fechar o acordo naqueles termos.

Nos anos que se seguiram houve de fato uma modesta retomada da indústria brasileira, que gerou emprego, exportação e viu sua participação aumentar, para chegar a 17,8% do PIB na véspera da crise financeira global de 2008. Em uma análise rasa se afirma que houve um processo de desindustrialização linear desde 1980 até os dias de hoje. Mas é preciso ter mais atenção com os detalhes e flutuações nesse período. Verdade é que com o impacto da crise financeira global, e particularmente a partir de 2010, o efeito da constante valorização, do acirramento da concorrência internacional e da dificuldade de aumentar a capacidade tecnológica da indústria brasileira fez que se perdessem rapidamente os ganhos do período 2004-2008. A participação caiu para 11,3% do PIB no ano passado e fala-se em menos de 10% para 2019. E isso não é mais visto como um problema ou objeto de políticas públicas. Nesse ponto, o governo Bolsonaro dá continuidade ao Temer ao esvaziar a política de conteúdo local (em vez de corrigir e aperfeiçoar), tirar da Petrobras sua função indutora do desenvolvimento e desmontar o BNDES. E Paulo Guedes chegou a expressar seu desejo de realizar uma abertura unilateral para provocar o famoso choque de competição já anunciado no passado por Collor e os liberais do governo FHC, em particular Gustavo Franco. Outro fator que pesou em 2004 é que ambas as partes (Mercosul e União Europeia) ainda apostavam e priorizaram a Rodada Doha, que só fracassou de vez em 2008, na véspera da crise financeira global.

No final de 2009 houve um relançamento das negociações com a União Europeia. O próprio presidente Lula se manifestou na época com otimismo, referindo-se aos acordos na Rodada Doha, que, embora não concluídos, pudessem ser a base do acordo entre UE

e o Mercosul<sup>1</sup>. Acontece que em seguida a crise impactou a Europa em cheio. E também no Mercosul o efeito do acirramento da concorrência sobre a manufatura foi brutal. Tornou-se muito difícil encontrar um equilíbrio entre a reciprocidade e o reconhecimento da assimetria entre os blocos. A crise dificultou também unir os interesses, tanto no interior do Mercosul quanto na União Europeia.

No processo da retomada das negociações entre 2010 a 2012, a UE defendeu sua posição sobre os novos temas diante do fracasso da negociação multilateral. De outro lado, o Brasil e a Argentina tentaram desesperadamente defender sua indústria na nova conjuntura econômica internacional, com programas como *Inovar Auto*, justamente contestado na OMC pelos europeus. Havia resistência, sobretudo da Argentina, e não se chegou à troca de ofertas. A derrubada da presidenta Dilma Rousseff abriu as portas para a retomada de uma política de inserção liberal.

O primeiro chanceler, José Serra, sonhou em retomar a ALCA, mas foi pego de calças curtas pela vitória do Donald Trump. Assim apostou em uma retomada e rápida conclusão do acordo com a União Europeia, mas curiosamente ficou surpreso com a situação. De volta de uma visita a Europa, ainda em maio 2016, declarou: “*Ao contrário do que se imagina, o obstáculo a esse acordo não é o Mercosul. É a UE, que não quer abrir mercado aos produtos agrícolas*”<sup>2</sup>. É verdade que as eleições em 2017 na França também criaram um clima pouco propício para avançar na negociação com a grande possibilidade de Mari le Pen (supostamente da família política do Bolsonaro/Araújo) mobilizando os agricultores contra o acordo em plena campanha eleitoral.

---

<sup>1</sup>

<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/lula-se-diz-otimista-sobre-acordo-entremercosul-e-ue-c17s343een2ychbqqs816fi32/>

<sup>2</sup>

[https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2016/05/economia/501566-ue-criaobstaculos-diz-serra.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2016/05/economia/501566-ue-criaobstaculos-diz-serra.html)

## Contexto político e econômico

O contexto político e econômico hoje é completamente diferente do que foi em 2004 ou em 2012. A vontade política dos governos no Brasil e na Argentina era de fechar o acordo quase de qualquer jeito, embora houvesse também a necessidade de mostrar ganhos para o agronegócio, base política importante.

Em particular para o presidente Mauricio Macri, o aspecto político foi relevante. A Argentina estava na presidência do Mercosul, e concluir a negociação ainda nessa fase seria um triunfo para as eleições de outubro. A reação da oposição foi imediata. Seu candidato às eleições, Alberto Fernandez, anunciou em Curitiba, após visita ao presidente Lula, que o acordo seria revisto. Em nota, o Partido Justicialista expressou que o Mercosul fez importantes concessões em troca de quase nada. O clima na Argentina está parecido com a polarização em torno da ALCA no Brasil na época, e o tema deve entrar com força na campanha eleitoral.

É preciso entender também o momento europeu, em final de mandato de Jean-Claude Juncker à frente da Comissão Europeia. Uma Europa acuada pela agressividade de Donald Trump, que enterrou a proposta de Obama para relançar negociações por um acordo econômico-comercial entre a UE e os EUA (*Transatlantic Trade and Investment Partnership - TTIP*)<sup>3</sup>.

A Europa está se recuperando a passos lentos da crise econômico-financeira e ameaçada de um lado pelo unilateralismo do Trump e de outro pela expansão do capitalismo Chinês, que, por meio da Iniciativa do Cinturão e Rota (*Belt & Road Initiative*), está chegando às suas fronteiras. Além do acordo com a União Europeia, foi na gestão do Juncker que se concluíram também os dois outros grandes acordos da UE, com o Canadá e o Japão.

A UE tem atualmente 38 acordos em vigor, sendo os mais relevantes com México,

---

<sup>3</sup> A proposta para um acordo entre os EUA e a UE nasceu na década de 1990 (*Transatlantic Free Trade Agreement*), mas não avançou até ser retomada por Obama em 2013. Trump enterrou o TTIP, mas continuam as conversas sobre um acordo mais *low-profile*.

Coreia do Sul, Chile e Japão, 48 outros parcialmente em vigor, sendo os principais com Colômbia, Peru, Equador e Cuba. E ainda outros vinte em processo de aprovação, entre os quais com o Mercosul e Vietnã. Continuam em negociação acordos com países como EUA, China, Índia, Indonésia, Filipinas e Austrália. Portanto não cabe sugerir que o Mercosul tenha chegado por último.

#### **Principais acordos concluídos na gestão do Jean-Claude Juncker**

Acordo	População total	Comércio em produtos	Comércio em serviços	Perspectiva de ganhos esperados para empresas europeias	PIB Total
Canadá (Aplicação provisório: 2017)	550 milhões	€72 bi	€35 bi	€ 600 milhões	€18 tri
Japão (Entrada em vigor: 2019)	639 milhões	€135 bi	€53 bi	€1 bi	€21 tri
Mercosul	773 milhões	€88 bi	€34 bi	Mais de €4 bi	€19 tri

Fonte: Comissão Europeia

Embora seja comum referir-se à América Latina como o quintal dos EUA e do ponto de vista político estratégico isso faça sentido, no caso do Mercosul o que predomina é o capitalismo europeu. Mais de 60% do estoque dos Investimentos Diretos no País (IDP) tem origem na Europa (BACEN, 2018) . Essa posição está sendo ameaçado pela China, que já se tornou o principal parceiro comercial do Mercosul e está se tornando um grande investidor, tanto na forma de empréstimos por meio de seus bancos estatais quanto de IDP. A carteira de atração de investimentos na infraestrutura interessa, sobretudo, às empresa chinesas e europeias.

Há desde o ano passado um grande debate sobre o futuro da indústria europeia à luz da nova rivalidade interestatal (EUA-China) e o acirramento da competição oligopolista (a 4ª revolução industrial, ou, na denominação alemã, a indústria 4.0, com ênfase na Inteligência Artificial). Foi nesse contexto que os Ministérios de Economia da França e Alemanha lançaram, no início do ano, um manifesto (com potencial de se tornar histórico) “*Para uma Política Industrial apto para o século 21*”<sup>4</sup>. Nesse documento defendem a necessidade de ações ofensivas para que Europa possa manter uma manufatura global e ser uma potência industrial. O prazo colocado para implementar uma nova política industrial europeia é 2030, para garantir “*soberania econômica e independência*”. E isso somente será alcançado “*se as empresas europeias forem capazes de competir em escala global*”.

Uma das propostas concretas para facilitar a expansão das empresas europeias foi exatamente abrir os mercados de compras governamentais por meio de acordo de reciprocidade. Anunciaram ainda planos para financiamento público em larga escala para projetos de inovação.

Até então havia na UE um apoio histórico ao acordo com o Mercosul por parte de Espanha, Itália, Portugal e Suécia e uma resistência por parte da França e Irlanda, com a Alemanha mais distante. Foi isso que mudou. A Alemanha sabe que precisa assumir uma postura mais ativa para defender sua manufatura e suas posições no Mercosul. Para isso interessava não somente a abertura comercial para seus produtos, mas também a convergência regulatória, regras sobre compras públicas, transparência, concorrência, restrição à atuação de empresas estatais, entre outros.

Além do contexto da disputa comercial entre os EUA e a China, há o Brexit. Sem dúvida o Reino Unido fora da UE iria tentar negociar vários acordos econômicos-comerciais, em primeiro lugar com os EUA, mas outra prioridade seria o Mercosul. Lembrando que o Reino

Unido não tem problemas com as importações agrícolas (SCHUTTE, 2018). Essa perspectiva pode ter estimulada a UE também a agilizar as negociações.

---

<sup>4</sup>

[https://www.bmwi.de/Redaktion/DE/Downloads/F/franco-german-manifesto-for-a-europeanindustrial-policy.pdf?\\_\\_blob=publicationFile&v=2](https://www.bmwi.de/Redaktion/DE/Downloads/F/franco-german-manifesto-for-a-europeanindustrial-policy.pdf?__blob=publicationFile&v=2)

De outro lado há um desafio político. A afirmação do capitalismo europeu diante da China e dos EUA envolve não somente a defesa de suas empresas, negócios e padrões tecnológicos, mas também uma identidade que, para a coesão política interna, é importante. Agora, na cabeça dos negociadores do Mercosul, com certeza as partes do acordo que fazem referências a essas questões devem ter sido vistas como um pedágio cuja importância está sendo diminuída, da mesma forma que é ressaltada pelas autoridades europeias.

Contudo, podemos afirmar que o acordo tem uma importância para a competitividade das empresas europeias e, mais estrategicamente, para a política europeia se afirmar no mundo de hoje, do lado da China, dos EUA e do Japão.

### **Pesos recíprocos**

Principais parceiros comerciais do Mercosul - 2018

	Importação	Exportação	Total
China	22,9%	25%	24,1%
União Europeia	21,3%	19%	20,1%
EUA	17%	12,2%	14,4%

Fonte: Directorate-General for Trade Comissão Europeia

Os números da balança comercial entre o Mercosul e a UE mostram aparentemente equilíbrio, com um ligeiro superávit na balança comercial por parte da UE a partir de 2012. No caso do Brasil, houve somente um déficit entre 2013 e 2015 e um pequeno superávit nos demais anos. Mas isso se refere somente ao comércio em mercadoria. Se incluirmos os serviços o quadro é outro, porque a exportação de serviços da UE para o Mercosul é expressiva. No ano passado, do lado de 45 bilhões de euros em exportações de mercadorias, a UE vendeu outros 23 bilhões em serviços. O caso do Brasil evidencia o desequilíbrio. Dados do governo brasileiro de 2016 (em dólares) mostram uma importação em serviços e intangíveis de quase US\$ 23 bilhões e as exportações, nessa rubrica, de somente US\$ 6,74 do Brasil. De fato já existe um déficit razoável no comércio entre o Mercosul e a União Europeia, com vantagem para a última.

Não surpreende também a existência de uma especialização a favor da exportação de primários do Mercosul (71,3% do total exportado) e da manufatura por parte da EU (84,1% do total), com destaque para máquinas e equipamentos de transporte (42,1%) e produtos químicos (26%), ambos setores onde predominam as empresas alemãs. Além disso, há uma anomalia estatística que são as famosas exportações de plataformas de perfuração e exploração. Tratam-se de exportações fictícias ou contáveis induzidas pelo regime tributário. Na verdade não há saída física das plataformas do Brasil. Elas são imediatamente “importadas” na modalidade de “admissão temporária” (isentas de impostos por um regime aduaneiro especial, Repetro). Essa importação não consta da balança comercial porque o bem permanece como propriedade de pessoa jurídica estrangeira, por exemplo, do holding da Petrobras registrada na Holanda. Estas representavam em 2018 nada menos que 7,6% do total das exportações do Brasil, distorcendo em particular a percentagem de produtos manufaturados que, como vimos, já parece baixo, mas na prática é mais baixo ainda.

Embora a pauta exportadora do Mercosul para UE seja dominada pela agro-exportação, o bloco só absorve 17,5% do total de exportações agrícolas do Brasil. O grosso, quase 60%, vai para o continente asiático. Enquanto para o Mercosul a UE é a segunda maior parceira econômico-comercial depois da China, para a UE o Mercosul representa apenas pouco mais de 2% da corrente comercial do bloco, ficando em décimo lugar, atrás da Índia (com a qual a EU não tem acordo)<sup>5</sup>.

A importância relativa do Mercosul para as empresas europeias muda um pouco quando olhamos os investimentos produtivos. Com um estoque de US\$ 433 bilhões, a UE é o maior investidor em ativos produtivos no Brasil, e o país é o quarto maior destino de IDP extrabloco da UE. Durante toda a década de 2010, 65% do elevado fluxo de IDP vindo para o Brasil eram provenientes da EU. Essa posição de destaque do capital europeu está sendo ameaçada pela China, que chegou tarde, mas com muito apetite. Na verdade os números novamente não contam tudo. O Bacen publicou em 2018 seu último relatório sobre o que eles classificam como Investimento Direto no País (IDP), no qual indica que mais de 80% dos investimentos produtivos chineses são canalizados através

---

<sup>5</sup> Os principais parceiros da UE são em ordem de importância: EUA, China, Suíça, Rússia, Turquia, Noruega, Japão, Coreia do Sul e Índia. A Coreia do Sul sozinha tem uma corrente comercial com a UE duas vezes maior que o Mercosul.

de países terceiros, em particular Luxemburgo e, em menor grau, Holanda<sup>6</sup>. Ou seja, diferenciando entre “posição imediata” e “controlador final”, o domínio europeu permanece, mas é menor, e o avanço Chinês, embora ainda modesto, bem maior. Particularmente a Europa é uma região intermediária. Em 2016, último ano com dados disponíveis, a UE registrou posição imediata de US\$ 311 bi e controlador final de US\$ 256 bi. Nesse ano a posição asiática era imediata US\$ 30 bi e controlador US\$ 48bi.

### **Como avaliar o acordo**

A redução das tarifas de importação de lado da UE será feita de forma mais acelerada do que o corte tarifário do Mercosul, mas serão mantidas cotas para regular a importação de produtos agrícolas sensíveis, como carnes, aves, açúcar e etanol. A lógica de negociação tarifária foi de redução total em prazos de 0–10 anos (UE) – 15 anos (Mercosul) e outros abertura parcial (cotas).

Considerando as cotas de um lado e os prazos de outro, o acordo pode ser considerado modesto de ambas as partes. Sem dúvida a União Europeia aposta em aumento das exportações para automóveis, autopeças, máquinas e produtos químicos, além de alguns setores agrícolas específicos como o vinho.

Para o governo brasileiro, os termos de acordo estão em linha com sua visão sobre a condução da política econômica. Voltou inclusive o argumento utilizado para comemorar a entrada na OCDE: de que o acordo possa acelerar o ritmo das reformas internas. Assim, o que até ontem era considerado “concessão”, para a atual gestão se tornou auxílio para avançar com sua agenda, para a alegria dos europeus. E, mais do que isso: ancorar essas opções em um tratado internacional limitando as escolhas de políticas públicas de futuros governos. O argumento central é que a abertura por si só ampliaria o bem estar e garantiria a modernização do parque produtivo. Se não foi isso o que aconteceu com a abertura de Collor e depois no governo FHC é porque não foram radicais o suficiente. Aliás, impressionante como a linguagem utilizada pela equipe econômica e seus defensores na imprensa comercial se parece com a do início da década

---

<sup>6</sup>O caso da Holanda é clássico. O país é origem de US\$ 90 bi de estoque de IDP pelo critério de posição imediata, mas somente US\$ 15 bi tem controle final holandês.

de 1990. O acordo propiciaria um aumento de competitividade, em particular pelo acesso a insumos e equipamentos de elevado teor tecnológico a preços menores. Imagina-se, no primeiro momento, um impacto negativo sobre o saldo comercial, mas os ganhos de produtividade alcançados com as importações deveriam aumentar em seguida a capacidade de exportação. De acordo com essa análise, o que inibiria a indústria brasileira de participar das cadeias globais de valor seria a dificuldade de importar insumos de maior valor agregado. Da mesma forma, o que inibiria investimentos e o crescimento da produtividade seria a proteção contra a importação de bens de capital. Outro argumento utilizado em defesa do acordo é que colocaria o Mercosul novamente em condições iguais perante países que já assinaram acordos com a UE e teriam preferência em relação às empresas do Mercosul. Esse argumento tem uma verdade acadêmica, mas se for observada a pauta exportadora atual e potencial, o problema para as exportações agrícolas seriam as quotas e tarifas, e não a concorrência de terceiros. No que diz respeito à manufatura, há de se enfatizar que as taxas sempre foram muito baixas na Europa, mais próximas de zero. Não é a eliminação dessa tarifa que vai dar competitividade às empresas do Mercosul, embora, obviamente, em alguns casos específicos possa fazer a diferença.

Numa perspectiva mais ampla da equipe econômica, há a ilusão de que a abertura, ao aumentar a corrente de comércio com relação ao PIB por meio de acordos ou unilateralmente, vai influenciar as decisões de investimento das empresas multinacionais no Brasil. Sem dúvida haveria muito a conquistar se o Brasil conseguisse aproveitar melhor sua condição de ser um dos maiores receptores de IED do mundo. Os fatores de atração são de fato os recursos naturais e o mercado interno e regional. É urgente implementar medidas que criem condições para absorção de tecnologia. Dar mais estímulos pra que as empresas multinacionais usem o território brasileiro como plataforma de exportação pode ser de interesse do país, mas somente se fizer parte de uma estratégia de desenvolvimento industrial-tecnológico, como foi no caso da China.

Tristemente a imprensa comercial fez um corta e cola acrítico dos argumentos, como, alias, é padrão quando se trata da agenda liberal. Assim, o editorial do jornal *Valor Econômico* deu uma demonstração de ingenuidade ao afirmar “*Ele abre uma perspectiva de grande escala para as exportações brasileiras para a ampliação da*

*participação as empresas do país nas cadeias globais de produção*<sup>7</sup>. As regras de origem chegam na maioria dos casos o permitir um coeficiente de importação em torno de 50% para aproveitar as preferências estabelecidas no acordo. Abririam a possibilidade de seguir o caminho das maquiladoras mexicanas. Há de se entender, porém, que estas existem por terem custos menores, em particular da mão de obra, e que ao longo das décadas não provocaram nenhum processo de espraiamento ou difusão no sentido de aumentar a produtividade geral da economia mexicana ou a ampliação da sua capacidade industrial tecnológica endógena.

## **Indústria**

O setor automobilístico, incluindo autopeças, é de grande interesse para a Europa, em particular a Alemanha, e extremamente sensível no Brasil e na Argentina. A tarifa de 35% cobrada sobre a importação dos carros europeus cairá para 17,5% em até dez anos, com uma cota temporária de 50 mil carros para o Mercosul nos primeiros sete anos, sendo 32 mil para o Brasil. As montadoras tendem a usar essa cota para exportador carro de luxo (ex. Audi, BMW), um mercado que estava explodindo quando a ex-presidenta Dilma Rousseff breiou o apetite da classe média alta ao introduzir o Inovar Auto, que, na prática, aumentou as tarifas de importação para quem não investia no Brasil. Em 15 anos, a taxa cairá a zero. Nenhuma menção a transferência de tecnologia, obrigações de investimento no país. Em autopeças, a redução das tarifas de importação deve ocorrer em três tempos diferentes, dependendo do item: 10 anos, 12 anos e 15 anos.

A transição em 15 anos parece tranquila e modesta. Mas o que significa isso? O setor automobilístico está passando por uma fase de reestruturação brutal com o avanço dos carros elétricos. Isso exige investimentos e novas tecnologias. A própria produção e distribuição começam a ser drasticamente impactadas pela indústria 4.0. Nos próximos 15 anos, quando o setor passará por essas mudanças drásticas, o Mercosul abrirá seu mercado sem cota e a tarifa zero. O que vai ser produzido ainda aqui? Pela lógica do mercado, e será a única que vai sobrar, serão as peças e componentes de menor valor agregado e talvez montagem final e olhe lá. Vai chegar a modernidade sim, mas na

---

<sup>7</sup> <https://www.pressreader.com/>

forma de consumo para alguns e não como capacidade tecnológica endógena. E ainda a indústria europeia vai conseguir projetar suas normas ambientais e de segurança.

Vale lembrar que o mercado de automóveis no Brasil, durante vários anos, até 2015, era o quarto maior do mundo, somente atrás da China, EUA e Japão. Em 2014 ainda se vendiam mais carros no Brasil do que na Alemanha.

O setor de máquinas terá um prazo de dez anos para sua completa liberalização e tarifa zero, o que deve também ajudar a indústria, sobretudo a alemã, a enfrentar a concorrência chinesa.

Cabe observar ainda que a própria Comissão Europeia nos documentos que dão publicidade ao acordo enfatiza que o acordo vai oferecer para a indústria europeia matérias primas de qualidade a preços mais baratos - *“cheaper highqualityrawmaterials”* (EUROPEAN COMISSION, 2019, p. 3)

O setor de aço brasileiro foi praticamente o único que se manifestou com preocupação diante do acordo por meio do Instituto Aço Brasil (IABr)<sup>8</sup>. Há um excesso global da capacidade de oferta com forte expansão nos últimos anos das exportações chinesas. Só na Europa estima-se haver um excesso de capacidade de 52 milhões de toneladas. A União Europeia é o terceiro maior mercado de aço brasileiro, atrás dos EUA e da América Latina, porém é aço semi-acabado, de menor valor agregado. De outro lado, a UE é o segundo maior fornecedor, depois da China, de aço de maior valor agregado (em particular, laminados de aço plano para a indústria automobilística e a linha branca). Atualmente com capacidade ociosa de 34%, tem uma alíquota de importação média de 12%, que, pelo Acordo, será zerada após o período de transição, desconsiderando, segundo o IABr “as numerosas assimetrias” existentes entre os dois blocos.

---

<sup>8</sup>

<http://www.sindicatodaindustria.com.br/noticias/2019/07/72,136816/setor-siderurgico-dobra-sil-critica-acordo-ue-mercosul.html>

Há de se considerar ainda que o Mercosul é importante para exportação da manufatura tanto da Argentina quanto do Brasil. Este comércio bilateral já estava sob pressão da concorrência chinesa. Agora perderá também as preferências diante a indústria europeia.

### **Compras governamentais**

Os governos preocupados com o desenvolvimento industrial tecnológico e a geração de renda e emprego tendem a usar as compras governamentais como uma das políticas a serem exploradas. O exemplo mais expressivo é o complexo militar-industrial dos EUA. Na prática, são de fato medidas que privilegiam empresas operando no país. Como mencionado, foi um ponto que travou as negociações em 2004 e uma política da qual os governos atuais do Brasil e da Argentina já abrem mão unilateralmente por pura convicção liberal. Portanto, um prato cheio para o apetite das empresas europeias de olho nas licitações públicas em áreas como infraestrutura, saúde, entre várias outras. Não é o acordo que vai mudar a política do governo ultraliberal de plantão, mas ele vai petrificar essa escolha, impedindo que um futuro governo possa optar por retomá-la. Não ficou claro até que ponto o governo brasileiro conseguiu defender a indústria de genéricos no Brasil, conforme anunciado. O próprio governo defendeu que será agora “mais fácil para que empresas europeias disputem e ganhem contratos governamentais” (GOVERNO FEDERAL, 2019). E a própria Comissão menciona explicitamente os setores de maior interesse para as empresas europeias: construção, eletricidade, telecomunicações, água e transporte. Sem dúvida, os efeitos colaterais da Operação Lava Jato triaram da equação as empresa de engenharia brasileira, abrindo espaços para os europeus concorrerem aqui com as chinesas. No caso das telecomunicações, isso é de grande interesse das empresas europeias e novamente uma área de grande disputa a respeito da normatização.

No fundo há também a ideia que isso vai por si só aumentar a qualidade e diminuir os preços. Observamos, porém que há algumas cláusulas de escape. Assim o acordo estipula que as partes podem lançar mão de subsídios quando estes se tornam necessários para atingir os objetivos de políticas públicas. De toda forma, a margem dessas políticas estaria amarrada ao acordo. O governo brasileiro publicou que teria

excluído da lista de compromissos de serviços e investimentos alguns setores considerados mais sensíveis e estratégicos: defesa, saúde, educação, mineração e – surpreendentemente – a extração de petróleo (GOVERNO FEDERAL, 2019)<sup>9</sup>. Estariam também excluídos programas de incentivo à ciência e à tecnologia. Além disso, o resultado nessa área foi apresentado pela Comissão como um dos triunfos, ainda mais porque seria a primeira vez que o Mercosul abriria esse mercado para empresas de fora (EUROPEAN COMMISSION, 2019). Aqui cabe uma observação. A exclusão desses setores não necessariamente responde a um impulso desenvolvimentista. Sabemos que neles – ao contrário ad caso da infraestrutura - as empresas americanas são competitivas e atuam no Mercosul. Portanto, a inclusão desses setores no acordo com a UE poderia eventualmente colocá-los em desvantagem.

Um argumento do governo brasileiro é que com o acordo a Europa estaria abrindo um mercado de compras governamentais de US\$ 1,6 trilhão e o Mercosul de menos de US\$ 80 bilhões, desconsiderando por completo as assimetrias existentes. Novamente, as empresas de engenharia brasileiras já não estão em condição de eventualmente aproveitar as novas oportunidades.

### **Empresas estatais**

Um item que se tornou central na disputa entre a China e os EUA e no qual os americanos contam com apoio dos europeus diz respeito à normatização de empresas estatais. Já se foi o tempo em que se discutiram as condições para nacionalização. Hoje a música que se toca é estabelecer limites à atuação de empresas estatais. O sonho dos americanos e europeus é colocar essas restrições nos acordos multilaterais como forma de contrapor a ascensão do capitalismo chinês, que opera de fato com um mix de empresas estatais, semi-estatais e privadas dentro dos objetivos estabelecidos pelos planos quinquenais. Esse é o contexto a ser levado em contato ao analisarmos o capítulo sobre empresas estatais.

---

<sup>9</sup> Nos documentos negociados disponibilizados em 12 de julho – base da nossa análise – não encontramos essa cláusula, que pelo jeito será anexada posteriormente.

Novamente para os governos de plantão no Brasil e na Argentina não há nenhum problema em restrições a atuação de empresas estatais. Ao contrário, está totalmente em sintonia com o sonho do Paulo Guedes de privatizar tudo e mais um pouco. O acordo estabelece basicamente que empresas estatais devam atuar como se fosse empresas privadas. Ou seja, suas decisões de investimentos, preços, etc devem obedecer exclusivamente avaliações comerciais. Ora, se for assim, não há mais porque manter a empresa como estatal. A exceção óbvia é a prestação de serviços públicos.

Observamos aqui que, ao contrário do Brasil, a Argentina fez questão de excluir algumas empresas dessas obrigações<sup>10</sup>. Foi noticiado que esse tópico teria sido um dos mais delicados nas negociações, mas que a UE tinham grande interesse em estabelecer padrões mínimos que depois possam ser introduzidos em outros acordos.

### **A armadilha do meio ambiente**

Araújo comemorou o acordo, entre outros, como demonstração de que o Brasil estaria se “reconectando com parceiros tradicionais” (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2019). Ele finge não saber que o que interessa aos europeus são as oportunidades comerciais e econômicas ofertadas para as suas empresas e que há pouca disposição de se conectar à agenda trumpista à margem da agenda liberal. Há também o argumento voltado principalmente para a opinião pública interna na Europa: de que o acordo possa amarrar o Brasil a normas de proteção para o meio ambiente e trabalhista. Essa ideia foi utilizada particularmente por parte do governo da Alemanha. Seria uma política de redução dos danos. Foi nesses termos que Merkel defendeu as negociações no Parlamento europeu, manifestando suas profundas preocupações com as posições e ações do governo brasileiro, na área ambiental em particular. Essa discussão é complexa.

De um lado temos um governo no Brasil que, aos olhos de todo mundo, faz questão de minimizar e banalizar a questão ambiental. De outro, uma disposição do mesmo governo de assinar acordos que vão na direção contrária para poder preservar, não o

---

<sup>10</sup> Foram protegidas Nucleoeléctrica Argentina S.A.; Soluciones Satelitales S.A.; Integración Energética Argentina S.A.; Banco de Inversiones y Comercio Exterior S.A.

meio ambiente, mas a pauta liberal. O truque é que, ao contrário do que alguns observadores no Brasil vêm falando e ao que as autoridades europeias sugerem, não há, em princípio, nenhuma vinculação entre o capítulo comercial-econômico e o capítulo a respeito do desenvolvimento sustentável. Ou seja, a violação das normas estabelecidas no último preveem seu próprio mecanismo de resolução de controvérsias, aliás, muito “bonito”, com participação da sociedade civil e organizações sindicais. Sim, aqueles que estão sendo massacrados pelo governo Bolsonaro. O próprio governo brasileiro faz questão de enfatizar que esse capítulo é “para europeu ver” ao publicar que “*O capítulo [sobre desenvolvimento sustentável] não está associado a sanções do mecanismo de solução de controvérsias do acordo*”. (GOVERNO FEDERAL, 2019, p. 14).

Há porém uma complexidade, que é a famosa e controvertida *cláusula de precaução*, incluída justamente nesse capítulo. Os franceses tiveram de recuar na sua proposta de salvaguardas específicas com relação à agricultura. Assim, o capítulo comercial prevê somente a vigência das medidas de proteção comercial previstas na OMC e salvaguardas bilaterais gerais, que se aplicam a manufatura, serviços e agricultura. Estas servem para ambas as partes protegerem setores afetados por “aumentos significativos ou inesperados” de importações resultado do acordo. Essas salvaguardas bilaterais ajudam os negociadores a respectivamente neutralizar preocupações no setor industrial no Mercosul e no setor agrícola na UE. Mas os europeus não abriram mão desta vez de incluir a cláusula de precaução, que sempre foi vetada pelos negociadores do Mercosul.

Essa cláusula permite medidas de proteção em casos de risco sério de degradação ambiental ou de saúde e segurança para sua população. Os europeus usam uma concepção diferente da dos americanos. Os EUA defendem o princípio de que tudo é permitido até que se comprove cientificamente que há dano à saúde humana ou ambiental. Os europeus defendem, e assim foi estabelecido no inciso dois do artigo 10 do capítulo sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável, que nos casos em que faltam evidências científicas ou que estas sejam inconclusivas, mas que haja um “*risco de degradação ambiental sério ou um risco para a saúde ou segurança*”, as partes podem tomar medidas de precaução (GOVERNO FEDERAL, 2019b). O governo brasileiro faz questão de enfatizar que seria uma cláusula pensada para ser utilizada somente em última instância, em situações extremas, para minimizar essa concessão.

É evidente que com a inserção da cláusula de precaução as autoridades europeias matam dois coelhos com uma cajadada. Ela pode, sem dúvida, ser usada de forma abusiva por motivos protecionistas – agradando, em particular, setores agrícolas europeus- e, de outro lado, pode ser utilizada para defender preocupações mais sinceras. Nesse último caso, agradando parte importante da opinião pública, ainda mais considerando o recente avanço significativo dos verdes em vários países, entre elas a Alemanha, e as mobilizações de jovens em torno dessa pauta. O fato de a cláusula não constar no capítulo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT na sigla inglesa) ou nas medidas sanitárias e fitossanitárias reflete certa concessão por parte da Comissão, mas não impede sua utilização, por exemplo, quando se suspeita utilização de agrotóxicos proibidos ou de carne de rebanhos criados em áreas de desmatamento. E a Comissão fez questão de enfatizar nos seus documentos de divulgação do Acordo que isso se aplica também em casos que “*a informação científica não seja conclusiva*”. (EUROPEAN COMMISSION, 2019, p. 14).

A Alemanha em particular precisa neutralizar a imagem negativa do Brasil perante sua opinião pública interna. Assim, logo após o anúncio do acordo, a Alemanha voltou a pedir a continuidade do Fundo Amazônia, ameaçado pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que chegou a sugerir o uso do Fundo para indenizar agricultores que ocupam áreas de proteção. O ministro alemão de Cooperação teve o apoio direto do presidente para que o Brasil voltasse atrás em mais uma demonstração de que a agenda neoconservadora será sacrificada cada vez que atrapalha a agenda liberal. A descontinuidade do Fundo Amazônia nesse momento complicaria a imagem do Acordo negociado, embora não houvesse uma ligação direta entre as duas negociações.

### **Agronegócio**

Embora com cotas bem mais modestas do que as reivindicadas em rodadas anteriores, o setor de agronegócios saiu como um dos ganhadores do acordo, do lado das grandes empresas industriais europeias. Não à toa as ações da BRG e da JBF subiram respectivamente 8,67% e 5,51% na bolsa de valores no dia seguinte ao acordo, enquanto a bolsa em seu conjunto fechou com uma pequena alta de 0,37%.

Porém, para se ter uma ideia: em 2004 a reivindicação brasileira era ter uma cota de 300 mil toneladas de carne bovina. O acordo agora prevê 99,9 mil toneladas de cota para carne bovina. Foi Emmanuel Macron que exigiu ficar abaixo do número mágico de 100 mil toneladas. Olhando melhor, fala-se de toneladas com carcaça, o que significa efetivamente 67 mil toneladas. No caso de frango acontece uma coisa semelhante: a cota de 180 mil toneladas significa na prática 90 mil porque a outra metade é de frango com osso, que não tem demanda na UE. Em todo caso, um ganho com relação à cota atual de 16,7 mil toneladas, recentemente prejudicada pelo desdobramento da Operação Carne Fraca, que fez a UE tomar medidas protecionistas. Durante os primeiros seis anos haverá uma tarifa de 7,5% nessa cota. Já para a carne de melhor qualidade (cota Hilton) a cota é de 50 mil com cota zero com 38,5 mil toneladas para o Brasil. Observa-se, porém, que devido às exigências europeias, o Brasil atualmente não consegue cumprir a cota Hilton existente. Em relação às cotas para o Uruguai e a Argentina há de se observar que parte destas serão abocanhadas por empresas brasileiras atuando nos países vizinhos, como o caso de Marfrig e Minerva (que comprou as instalações da JBS)<sup>11</sup>. Estima-se que, se os produtores conseguissem utilizar a totalidade das cotas, poderia haver um aumento nas exportações de carne bovina e aves superior a 40% em relação aos volumes exportados em 2018.

No caso de etanol, a reivindicação em fases anteriores da negociação era um milhão de litros, agora se contentou com 450 mil para uso industrial e 200 mil para combustível. A própria União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) expressou em sua nota certa desilusão com o resultado alcançado, embora entendesse que o acerto obtido foi o "melhor possível"<sup>12</sup>.

Mas, do lado europeu, além de limitar as cotas e não discutir os subsídios agrícolas, houve também algumas conquistas importantes nesse setor. Em particular com os vinhos e as famosas Indicações de Origem Geográfica, abrangendo ao final 355 itens com possibilidade de expandir. Aliás, a questão das Indicações Geográficas foi justamente uma que deu problema nas negociações entre a União Europeia e os EUA.

---

<sup>11</sup> <https://www.beefpoint.com.br/acordo-entre-ue-e-mercosul-beneficia-a-carne-argentina/> <sup>12</sup> <https://canalrural.uol.com.br/noticias/agricultura/cana/unica-acordo-mercosul-ueimportante/>

## **Próximos passos**

Estamos, por enquanto, com um texto negociado que precisa passar por análise jurídica de ambas as partes (validação) para que depois de eventuais ajustes seja elaborada a versão final do acordo. Esse processo envolve a tradução para as 24 línguas oficiais da UE. Só isso já pode durar meses e muito dificilmente será concluído antes das eleições na Argentina. Esta versão final deve ser aprovada pelos executivos dos países membros do Mercosul e pela Comissão Europeia. Em seguida será definida uma data para a assinatura efetiva do acordo. Após disso será submetida aos poderes legislativos das partes antes de ser finalmente ratificada pelos presidentes. No Brasil é o Senado que autoriza o presidente da República a ratificar o acordo. Esse processo pode levar alguns anos. Mas a parte econômica-comercial poderá entrar em vigor provisoriamente após a aprovação pelo Parlamento Europeu, e a ratificação pelos países do Mercosul.

Mais do que isso, o governo brasileiro está trabalhando para que isso ocorra para cada sócio do Mercosul individualmente à medida que cada um deles concluir seu processo de ratificação. Ou seja, o Brasil não ficaria refém do ritmo dos parlamentos nos demais países. Particularmente no Paraguai e na Argentina pode haver atrasos no processo devido a resistências ao acordo. Seria preciso incluir na versão final *uma cláusula de vigência bilateral*. O governo trabalhará para que a parte econômica-comercial entre em vigor no Brasil ainda no primeiro mandato do Bolsonaro.

Para a implementação e o acompanhamento do acordo está prevista a criação de vários subcomitês por temas específicos. E de outros para promover o diálogo mais amplo, por exemplo, sobre biotecnologia agrícola, segurança alimentar.

## **Considerações Finais**

Como mencionado, o México foi o primeiro país em desenvolvimento a embarcar na estratégia de abertura e acordos econômicos-comerciais. Essa estratégia foi perseguida durante quase três décadas e o país acumulou dezenas de acordos. No caso do acordo com a UE, está sendo renegociado para incluir as novas pautas propostas pelos europeus. O México ganhou um alto coeficiente importações/exportações, indicador de

que estaria bem posicionado nas cadeias globais de valor. Acontece que nada disso gerou emprego de qualidade, aumento da produtividade ou capacidade industrialtecnológica endógena. A principal fonte de entrada líquida de dólares continua sendo remessas de trabalhadores migrantes nos EUA. Ele exporta muitos produtos industriais, mas importa os componentes de maior valor agregado. Exporta carros, mas importa peças de maior conteúdo tecnológico sem que isso gere um processo significativo de espraiamento ou difusão tecnológica. Exporta petróleo cru e importa derivados. A experiência mexicana mostra no mínimo que não há automatismo entre abertura e desenvolvimento.

Uma negativa do novo governo na Argentina poderá colocar novamente em dúvida a própria viabilidade do Mercosul, que, por enquanto, se consolidou como plataforma negociadora.

Organizações de agricultores franceses reclamaram das concessões europeias para o Mercosul, com exceção dos ganhos na proteção de suas indicações geográficas, mas avançado que em outros acordos. Em particular a Copa (agricultores europeus) e Cogeca (cooperativas agrícolas europeias) começaram uma campanha pela não aprovação do acordo. O argumento que usam para ganhar a opinião pública é apontar as diferenças em padrões de qualidade<sup>12</sup>. De outro lado há, como mencionado, uma parcela da população preocupada com a agenda ambiental e extremamente desconfortável com a perspectiva de fechar um acordo com um governo declaradamente despreocupado com essa questão.

Para o Brasil, o acordo em si, não vai, como quer fazer crer o governo, superar as desvantagens competitivas do que resta da indústria brasileira. De outro lado, ele também não é a causa desses problemas. O aprofundamento da especialização em exportação de matérias primas é parte das políticas implementadas por este governo e o acordo está em sintonia com esta visão. Sem políticas industriais-tecnológicas, sem BNDES, sem crédito público, sem compras governamentais, sem Petrobras para estimulá-las já estava difícil. Agora, o governo já anunciou que pretende fechar

---

<sup>12</sup>

<https://www.confagri.pt/copa-cogeca-lamentam-concessoes-feitas-no-acordo-final-domercosul/>

rapidamente nos mesmos moldes com outros países desenvolvidos, como o Canadá. O caminho está dado para aprofundar a especialização regressiva em curso. O risco que corremos é o de amarrar em um acordo internacional, de forma irreversível ou difícil de reverter, toda uma série de políticas públicas essenciais para nosso desenvolvimento.

Para a UE, o Acordo abre mercado para as empresas europeias e projeta seus valores com obrigações detalhadas a respeito do clima e trabalho. Além disso, seria um sinal poderoso em favor de comércio baseado em regras negociadas contra o unilateralismo, em referência direta aos EUA.

Há de se esperar uma discussão acalorada na campanha eleitoral na Argentina. No Brasil as negociações com a UE nunca chegaram a despertar os ânimos, como foi na época com as negociações com os EUA acerca da ALCA, e não será diferente dessa vez. Fora alguma voz isolada, o empresariado e a imprensa comercial apoiam e copiam os argumentos do governo.

Para a esquerda o acordo reforça a necessidade de repensar um projeto para o país. Críticas pontuais ao conteúdo ou ao processo de negociação são válidas, mas longe de suficientes. O acordo só reforça processos já em cursos. É preciso repensar políticas que possam retomar um projeto de desenvolvimento industrial-tecnológico que dialogue com a 4ª revolução industrial. Mas que repense também a inserção internacional do Brasil. As experiências passadas, em particular do período 2004-2008, são válidas, mas há de se entender porque os avanços realizados na época caíram como um castelo de cartas em seguida. Fora disso, o ambiente internacional mudou muito. Um dos elementos que precisam ser repensados diz respeito os investimentos internacionais. Considerando a forte presença de empresas multinacionais, em particular europeias, no Brasil, é de fato essencial avançar em políticas que possam provocar maior aproveitamento desses investimentos para aumentar a produtividade e estimular a geração de capacidade tecnológica endógena interna. Mas isso não acontece somente com a abertura. A China pode servir de exemplo, e estamos vendo que justamente essas políticas estão sendo atacadas pelos EUA e a UE.

O Acordo com a União Europeia tende a nos levar a um futuro distante do Brasil que queremos, mas qual é a inserção internacional adequada que pretendemos defender?

## Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Investimentos Direto no País. Brasília, 2018.

BUNDESMINISTERIUM FÜR WIRTSCHAFT UND ENERGIE; MINISTÈRE DE L'ÉCONOMIE ET DES FINANCES. *A Franco-German Manifesto for a European industrial policy fit for the 21st Century*. Berlin/Paris, 19 de fevereiro de 2019.

EUROPEAN COMMISSION. New EU-Mercosur trade agreement. The agreement in principle Brussels, 1 July 2019.

\_\_\_\_\_ Texts of the Agreement. Brussels, 12 July 2019. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=2048>

GOVERNO BRASILEIRO. Acordo de associação Mercosul-União Europeia. Resumo informativo. Brasília, 4 de julho de 2019.

\_\_\_\_\_ Textos do Acordo Mercosul-União Europeia. Brasília, 12 de julho de 2019b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20626-texto-do-acordo-mercosuluniao-europeia>

MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. Coletiva de imprensa em Bruxelas - Conclusão do acordo MERCOSUL-União Europeia. 28 de junho de 2019. <https://www.youtube.com/watch?v=qx7zVAhOVGI>

SCHUTTE, Giorgio R.. Brexit na perspectiva do Path Dependency. [*Brexit seem from a Path Dependency perspective*] PLURAL (SÃO PAULO. ONLINE), v. 24, 2018.

VALOR ECONÔMICO. Acordo com UE será primeiro teste para valer da abertura. Editorial. 2 de julho de 2019.

WOOLCOCK, Stephen. European Union policy towards Free Trade Agreements. ECIPE Working Paper, No. 03/2007